

AULA GRÁTIS: SIMULADO CESPE.

SUMÁRIO	PÁGINA
1. Apresentação	01
2. Questões	03
2. Gabarito	26



Olá Querid@ Alun@!!!

Tudo bem?

Preparamos um simulado para você 😊! Selecionamos as melhores questões que foram cobradas pelo CESPE.

Vamos aproveitar, pois o edital pode sair a qualquer momento.

Mantenha o FOCO.

Primeiro, disponibilizamos a lista com as questões, logo em seguida você poderá conferir todas as questões comentadas para não ficar nenhuma dúvida. Aproveite! Vamos lá! Não esqueça da nossa rodada de pão de queijo 😊!



Quem quiser nos acompanhar e ficar por dentro do mundo dos concursos de educação, nos encontre em:

<https://www.facebook.com/ProfessoraFabianaFirmino/?fref=ts>

<https://www.facebook.com/Proffernandaestrategia/>

<https://www.facebook.com/FernandaLimaConhecimentosPedagogicosParaConcursos/>

Um grande abraço. :)

Fernanda Lima & Fabiana Firmino.

LISTA DE QUESTÕES:

01 - CESPE/SERPRO/ANALISTA DE DESENHO INSTRUCIONAL. Julgue o item:

A Lei n.º 9.394/1996 normatiza a EaD no Brasil como modalidade válida e equivalente em todos os níveis de ensino.

2 - CESPE CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA XV - No ensino superior, a pós-graduação compreende tanto os cursos stricto sensu (mestrado e doutorado) como os lato sensu (especialização).

CESPE CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA XV

A Constituição brasileira estabelece, em seu artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Quanto aos princípios em que o ensino se baseia para ser ministrado, o artigo 206 enumera: “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade”.

Considerando esses mandamentos constitucionais e a realidade objetiva do sistema educacional brasileiro nos dias atuais, julgue os itens subsequentes.

3 - CESPE CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA XV - Ao seguir literalmente o que diz a legislação, nas unidades da Federação em que foi adotada, a gestão democrática nas escolas públicas restringe-se à eleição direta dos diretores.

4 - CESPE CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA XV - O texto constitucional indica que, a despeito de todos os avanços acerca da concepção de educação verificados no mundo contemporâneo, o Brasil insiste na velha ideia, que vigorou em quase todos os países até por volta dos anos 60 do século XX, de que um bom sistema educacional existe para fornecer mão-de-obra qualificada para um mercado de trabalho em constante transformação.

5 - CESPE CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA XV - Há consenso entre os especialistas de que o êxito do FUNDEF, malgrado suas limitações, entre as quais o fato de voltar-se apenas para o nível fundamental da educação básica, deveu-se ao montante de recursos financeiros novos, vindos do orçamento da União, com os quais pôde contar para redistribuir aos estados e municípios.

CESPE CNJ PEDAGOGO - Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, julgue os itens a seguir.

6 - CESPE CNJ PEDAGOGO - A autorização e o reconhecimento de cursos superiores podem ser feitos a qualquer tempo, garantindo-se, assim, o credenciamento das instituições de ensino superior pelo Estado.

7 - CESPE CNJ PEDAGOGO - A gestão democrática é um princípio que se aplica tanto à rede pública de ensino como à rede privada.

8 - CESPE CNJ PEDAGOGO - A educação básica pode ser organizada em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios.

9 - CESPE CNJ PEDAGOGO - O calendário escolar deve adequar-se às peculiaridades de cada sistema de ensino, podendo a carga horária prevista para o ano letivo ser reduzida.

Julgue os itens que se seguem, considerando as bases legais da educação nacional, notadamente as estabelecidas previstas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

10 - CESPE TJ PEDAGOGO - A educação básica é um direito público subjetivo de acordo com a Constituição Federal.

11 - CESPE TJ PEDAGOGO - Os sistemas de ensino deverão ser organizados em regime de colaboração entre a União, os estados, os municípios e o DF.

12 - CESPE TJ PEDAGOGO - Os percentuais mínimos da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino são, respectivamente, de 18% e 25%.

13 - CESPE TJ PEDAGOGO - Os sistemas de ensino podem organizar seus respectivos calendários escolares para atendimento às peculiaridades climáticas locais, reduzindo, inclusive, o número de horas previsto na LDB, caso necessário.

14 - CESPE TJ PEDAGOGO - A LDB prevê a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas.

Com base na legislação educacional vigente no Brasil, julgue os itens que se seguem.

15 - CESPE TJ/CE - De acordo com a CF vigente, a União aplicará anualmente até 17% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento da educação.

16 - CESPE TJ/CE - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define como educação básica os seguintes níveis: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior.

17 - CESPE TJ/CE - O sistema federal de ensino compreende as instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de ensino fundamental e médio, criadas e mantidas pela iniciativa privada, e os órgãos federais de educação.

18 - CESPE TJ/CE - Os currículos da educação básica têm base nacional comum, mas devem ser complementados por uma parte

diversificada de responsabilidade exclusiva de cada sistema de ensino.

Julgue os próximos itens com relação às bases legais da educação nacional:

19 - CESPE MPU 2013 - A classificação em qualquer série ou etapa do ensino fundamental e médio, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita por promoção; por transferência; ou independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

20 - CESPE MPU 2013 - São consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, incluindo as que se destinam à concessão de bolsas de estudo a alunos exclusivamente de escolas públicas.

CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA 15 – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO - A história recente da educação brasileira foi marcada por importantes alterações nos rumos da política educacional. Sobretudo a partir de 1930, com o Estado Novo e, posteriormente, a Segunda Guerra Mundial, os educadores e a sociedade brasileira passaram a desempenhar papel significativo no

processo de definição e organização da educação nacional. Acerca desse assunto, julgue os itens subsequentes.

21 - CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA 15 – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO. Fernando de Azevedo contribuiu para a implantação das ideias liberais na educação brasileira, não só por meio de sua atuação profissional, como administrador e professor, mas também por meio de pesquisas e publicações.

22 - CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA 15 – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO. Com a promulgação da Lei n.º 5.692/1971, que instituiu o ensino de 1.º e 2.º graus no Brasil, na qual também pretendeu-se articular educação e mercado de trabalho, passou a predominar a tendência pedagógica denominada humanismo pedagógico.

23 - CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA 15 – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO. São expressões concretas do escolanovismo no Brasil a experiência das escolas parque e o direcionamento da educação para a formação profissional, sob a orientação de Anísio Teixeira em seus empreendimentos administrativos e teóricos.

24 - CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA 15 – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO. Nos embates ocorridos quando da elaboração da Lei n.º 4.024/1961, estava em pauta a hegemonia filosófico-ideológica do projeto de educação disputado, de um lado, por educadores, comandados pelo grupo católico, defensores da

escola privada e, de outro, por educadores que defendiam a escola pública e laica.

25 - CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA 15 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO. Florestan Fernandes foi um dos principais signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932.

CESPE - A Pedagogia Libertadora insistia na ideia de que todo ato educativo é um ato político e que o educador "humanista revolucionário", "ombreado com os oprimidos", deveria colocar sua ação político-pedagógica a serviço da transformação da sociedade e da criação do "homem novo".

Paulo Ghiraldelli Júnior. História da educação. São Paulo: Cortez, 1990.

26 - CESPE PEDAGOGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). Educação bancária foi a designação dada pela Pedagogia Libertadora, mencionada no texto, à educação convencional. Entre os princípios a seguir, assinale a opção que contraria os princípios norteadores da educação bancária.

A - O professor sabe tudo, o aluno nada sabe.

B - O professor deixa clara a diferença entre a autoridade do conhecimento e a sua própria autoridade.

C - O professor escolhe o conteúdo e os alunos se adaptam, sem serem consultados a respeito.

D - O professor trabalha e os alunos têm a ilusão de trabalhar, graças à própria ação do professor.

27 - CESPE PEDAGOGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA) Acerca da Pedagogia Libertadora, assinale a opção correta.

A - A origem está diretamente associada ao trabalho de Demerval Saviani.

B - Busca uma educação para os que têm voz na sociedade.

C - Entende que a educação não pode ser voltada para problemas circunstanciais.

D - Guarda em suas formulações teóricas o pensamento social cristão, fundamentado na atualização de doutrinas da Igreja Católica.

28 - CESPE PEDAGOGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA) Dos passos que sintetizam o processo pedagógico da Pedagogia Libertadora mencionada no texto, o primeiro corresponde:

A à pesquisa.

B aos temas geradores.

C à problematização.

D à conscientização.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem na visão rogeriana, julgue os itens.

29 - CESPE PEDAGOGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). O professor se limita a facilitar a comunicação do estudante consigo mesmo, a fim de que ele mesmo estruture seu comportamento experiencial.

30 - CESPE PEDAGOGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). O ensino consiste em um produto de personalidades únicas, respondendo a situações únicas, no contexto de um tipo especial de relação professor-aluno.

QUESTÕES COMENTADAS:

01 - CESPE/SERPRO/ANALISTA DE DESENHO INSTRUCIONAL. Julgue o item:

A Lei n.º 9.394/1996 normatiza a EaD no Brasil como modalidade válida e equivalente em todos os níveis de ensino.

CERTO. O que vale é a lei que diz: A Lei n.º 9.394/1996 normatiza a EaD no Brasil como modalidade válida e equivalente em todos os níveis de ensino. Corretíssimo! Você só irá pensar diferente se por acaso a banca examinadora colocar uma situação que não pertença a um contexto que seja possível, como por exemplo uma situação que envolva a educação infantil que tem como um dos objetivos o relacionamento e a socialização das crianças umas com as outras. A EAD será incentivada pelo poder público em todos os níveis de ensino – Isso é o que diz a lei e é isso que temos que levar em consideração.

2 - CESPE CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA XV - No ensino superior, a pós-graduação compreende tanto os cursos stricto sensu (mestrado e doutorado) como os lato sensu (especialização).

CERTO. Está na legislação essa informação sobre o ensino superior. A legislação atual que determina as diretrizes dos programas Lato Sensu é a **RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 8 DE JUNHO DE 2007** e Stricto Sensu é a **RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2001.**

CESPE CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA XV

A Constituição brasileira estabelece, em seu artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Quanto aos princípios em que o ensino se baseia para ser ministrado, o artigo 206 enumera: “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI – gestão democrática do

ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade”.

Considerando esses mandamentos constitucionais e a realidade objetiva do sistema educacional brasileiro nos dias atuais, julgue os itens subsequentes.

3 - CESPE CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA XV - Ao seguir literalmente o que diz a legislação, nas unidades da Federação em que foi adotada, a gestão democrática nas escolas públicas restringe-se à eleição direta dos diretores.

ERRADO. A gestão democrática não restringe a eleição direta para diretor. Vai além disso, promovendo a participação de todos nas principais decisões. Esse modelo de gestão, segundo Vieira (2005), concebe um importante desafio no desenvolvimento das políticas de educação e no cotidiano escolar.

4 - CESPE CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA XV - O texto constitucional indica que, a despeito de todos os avanços acerca da concepção de educação verificados no mundo contemporâneo, o Brasil insiste na velha ideia, que vigorou em quase todos os países até por volta dos anos 60 do século XX, de que um bom sistema educacional existe para fornecer mão-de-obra qualificada para um mercado de trabalho em constante transformação.

ERRADO. O Brasil avançou no que diz respeito a essa ideia. O texto da constituição apresenta um olhar diferente, não restringindo apenas a preparação para a mão de obra e para o mercado de trabalho: Sendo a educação dever do Estado, da

família e realidade social, com o objetivo de garantir a realização plena do ser humano, inseri-lo no contexto do Estado Democrático e qualificá-lo para o mundo do trabalho.

5 - CESPE CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA XV - Há consenso entre os especialistas de que o êxito do FUNDEF, malgrado suas limitações, entre as quais o fato de voltar-se apenas para o nível fundamental da educação básica, deveu-se ao montante de recursos financeiros novos, vindos do orçamento da União, com os quais pôde contar para redistribuir aos estados e municípios.

ERRADO. O FUNDEF é formado com dinheiro do ICMS e dos fundos de participação de Estados e municípios, tem êxito por juntar a distribuição dos recursos a um critério absolutamente justo: o número de alunos. A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no País (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), ao subvincular a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação. A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios) ficam reservados ao Ensino Fundamental.

CESPE CNJ PEDAGOGO - Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, julgue os itens a seguir.

6 - CESPE CNJ PEDAGOGO - A autorização e o reconhecimento de cursos superiores podem ser feitos a qualquer tempo, garantindo-se, assim, o credenciamento das instituições de ensino superior pelo Estado.

ERRADO. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

7 - CESPE CNJ PEDAGOGO - A gestão democrática é um princípio que se aplica tanto à rede pública de ensino como à rede privada.

ERRADO. A gestão democrática se aplica ao ensino público.

8 - CESPE CNJ PEDAGOGO - A educação básica pode ser organizada em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios.

CERTO. Exatamente como está na LDB!

9 - CESPE CNJ PEDAGOGO - O calendário escolar deve adequar-se às peculiaridades de cada sistema de ensino, podendo a carga horária prevista para o ano letivo ser reduzida.

ERRADO. Sabemos que a carga horária não pode ser reduzida!

Julgue os itens que se seguem, considerando as bases legais da educação nacional, notadamente as estabelecidas previstas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (LDB).

10 - CESPE TJ PEDAGOGO - A educação básica é um direito público subjetivo de acordo com a Constituição Federal.

ERRADO. Segundo a constituição o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

11 - CESPE TJ PEDAGOGO - Os sistemas de ensino deverão ser organizados em regime de colaboração entre a União, os estados, os municípios e o DF.

CERTO. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

12 - CESPE TJ PEDAGOGO - Os percentuais mínimos da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino são, respectivamente, de 18% e 25%.

ERRADO*. A questão foi anulada pelo cespe por apresentar uma certa confusão em seu texto. De acordo com a LDB a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

13 - CESPE TJ PEDAGOGO - Os sistemas de ensino podem organizar seus respectivos calendários escolares para atendimento às peculiaridades climáticas locais, reduzindo, inclusive, o número de horas previsto na LDB, caso necessário.

ERRADO. Mais uma questão sobre a carga horária. As escolas não poderão reduzir o número de horas previsto na LDB.

14 - CESPE TJ PEDAGOGO - A LDB prevê a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas.

CERTO. Art. 26 - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Com base na legislação educacional vigente no Brasil, julgue os itens que se seguem.

15 - CESPE TJ/CE - De acordo com a CF vigente, a União aplicará anualmente até 17% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento da educação.

ERRADO. A união aplicará anualmente nunca menos do que 25% da receita resultante.

16 - CESPE TJ/CE - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define como educação básica os seguintes níveis: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior.

ERRADO. A educação básica I obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, será organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio.

17 - CESPE TJ/CE - O sistema federal de ensino compreende as instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de ensino fundamental e médio, criadas e mantidas pela iniciativa privada, e os órgãos federais de educação.

ERRADO. Está errado quando menciona instituições de ensino fundamental e médio. Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

18 - CESPE TJ/CE - Os currículos da educação básica têm base nacional comum, mas devem ser complementados por uma parte diversificada de responsabilidade exclusiva de cada sistema de ensino.

ERRADO. Não será responsabilidade exclusiva. A LDB não cita essa ideia.

Julgue os próximos itens com relação às bases legais da educação nacional:

19 - CESPE MPU 2013 - A classificação em qualquer série ou etapa do ensino fundamental e médio, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita por promoção; por transferência; ou independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

CERTO. Exatamente como está no artigo 24 da lei de diretrizes e bases da educação.

20 - CESPE MPU 2013 - São consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, incluindo as que se destinam à concessão de bolsas de estudo a alunos exclusivamente de escolas públicas.

ERRADO. Serão consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino, as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis. A questão ficou errada por mencionar exclusivamente alunos de escolas públicas.

CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA 15 – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO - A história recente da educação brasileira foi marcada por importantes alterações nos rumos da política educacional. Sobretudo a partir de 1930, com o Estado Novo e, posteriormente, a Segunda Guerra Mundial, os educadores e a sociedade brasileira passaram a desempenhar papel significativo no

processo de definição e organização da educação nacional. Acerca desse assunto, julgue os itens subsequentes.

21 - CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA 15 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO. Fernando de Azevedo contribuiu para a implantação das ideias liberais na educação brasileira, não só por meio de sua atuação profissional, como administrador e professor, mas também por meio de pesquisas e publicações.

CERTO. Fernando de Azevedo lutou pela educação pública de qualidade. Participou também do movimento da escola nova e promoveu reformas significativas dentro da educação brasileira.

22 - CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA 15 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO. Com a promulgação da Lei n.º 5.692/1971, que instituiu o ensino de 1.º e 2.º graus no Brasil, na qual também pretendeu-se articular educação e mercado de trabalho, passou a predominar a tendência pedagógica denominada humanismo pedagógico.

ERRADO. A lei 5692/71 possui características tecnicistas. Não há predominância da tendência humanista. Essa lei trouxe para a educação brasileira a ideia de que aprender não era algo simples e natural. Eram necessários especialistas e técnicas adequadas. Houve a valorização da tecnologia.

23 - CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA 15 - EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO. São expressões concretas do escolanovismo no Brasil a experiência das escolas parque e o

direcionamento da educação para a formação profissional, sob a orientação de Anísio Teixeira em seus empreendimentos administrativos e teóricos.

CERTO. A escola parque procura a reflexão, oferecendo ao aluno a oportunidade de conhecer e de aprender a partir das necessidades da sociedade com perspectivas para as gerações futuras. O nome "escola parque" veio dos estudos do educador Anísio Teixeira que propôs o desenvolvimento completo do aluno.

24 - CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA 15 – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO. Nos embates ocorridos quando da elaboração da Lei n.º 4.024/1961, estava em pauta a hegemonia filosófico-ideológica do projeto de educação disputado, de um lado, por educadores, comandados pelo grupo católico, defensores da escola privada e, de outro, por educadores que defendiam a escola pública e laica.

CERTO. A implementação da lei 4024/61 ocorreu durante o governo de João Goulart e trazia em seu texto a questão do ensino religioso facultativo na escola pública, levantando a discussão mencionada na questão, o que gerou polêmica na época. Os educadores se dividiam entre os que aprovavam a escola privada e os que defendiam a escola pública laica. Lembrando que essa lei é considerada a primeira LDB que foi publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo então presidente João Goulart, em seguida veio outra versão em 1971 durante o regime militar que vigorou até a promulgação da LDB de 1996.

25 - CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA 15 – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO SENADO. Florestan Fernandes foi um dos principais signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932.

ERRADO. Florestan Fernandes é considerado criador dos estudos sobre a sociologia crítica do Brasil. Foi deputado federal e assistente de Fernando de Azevedo. Florestan Fernandes não é considerado como um dos principais participantes do manifesto da escola nova de 1932. Houve a participação de Fernando de Azevedo, em meio a 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles.

CESPE - A Pedagogia Libertadora insistia na ideia de que todo ato educativo é um ato político e que o educador “humanista revolucionário”, “ombreado com os oprimidos”, deveria colocar sua ação político-pedagógica a serviço da transformação da sociedade e da criação do “homem novo”.

Paulo Ghiraldelli Júnior. História da educação. São Paulo: Cortez, 1990.

26 - CESPE PEDAGOGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). Educação bancária foi a designação dada pela Pedagogia Libertadora, mencionada no texto, à educação convencional. Entre os princípios a seguir, assinale a opção que contraria os princípios norteadores da educação bancária.

A - O professor sabe tudo, o aluno nada sabe.

B - O professor deixa clara a diferença entre a autoridade do conhecimento e a sua própria autoridade.

C - O professor escolhe o conteúdo e os alunos se adaptam, sem serem consultados a respeito.

D - O professor trabalha e os alunos têm a ilusão de trabalhar, graças à própria ação do professor.

LETRA B. Na educação bancária o professor age como quem deposita conhecimento num aluno que é apenas receptivo. Em outras palavras, o saber é visto como uma doação dos que se julgam seus detentores. Neste tipo de educação o professor é visto como detentor do conhecimento. Esse conhecimento vem de uma "mão única" ou seja, não há essa diferença entre a autoridade e o conhecimento que vem do professor. Os outros itens estão de acordo com a educação bancária.

27 - CESPE PEDAGOGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA) Acerca da Pedagogia Libertadora, assinale a opção correta.

A - A origem está diretamente associada ao trabalho de Demerval Saviani.

B - Busca uma educação para os que têm voz na sociedade.

C - Entende que a educação não pode ser voltada para problemas circunstanciais.

D - Guarda em suas formulações teóricas o pensamento social cristão, fundamentado na atualização de doutrinas da Igreja Católica.

LETRA D. A igreja católica propôs uma ação com a intenção de mudar a sua relação com a sociedade da época investindo na

luta libertadora dos pobres e oprimidos. A pedagogia libertadora se inspirou no personalismo cristão. Dermeval Saviani, não fez parte dessa tendência que buscou uma educação para os oprimidos, não apenas para quem tinha voz na sociedade como menciona a questão.

28 - CESPE PEDAGOGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA) Dos passos que sintetizam o processo pedagógico da Pedagogia Libertadora mencionada no texto, o primeiro corresponde:

A à pesquisa.

B aos temas geradores.

C à problematização.

D à conscientização.

LETRA A. A primeira etapa é a de investigação (pesquisa), a segunda é a tematização, a terceira é a problematização e a quarta fase envolve a elaboração de fichas.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem na visão rogeriana, julgue os itens.

29 - CESPE PEDAGOGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). O professor se limita a facilitar a comunicação do estudante consigo mesmo, a fim de que ele mesmo estruture seu comportamento experiencial.

CERTO. De acordo com Rogers para aprender o indivíduo tem que estar significativamente ligado com suas percepções, modificando-as.

30 - CESPE PEDAGOGO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJPA). O ensino consiste em um produto de personalidades únicas, respondendo a situações únicas, no contexto de um tipo especial de relação professor-aluno.

CERTO. No estudo de Carl Rogers há a valorização do eu. Em sua pesquisa o papel do professor seria semelhante ao de um terapeuta para o aluno.



1 - C	2 - C	3 - E	4 - E	5 - E
6 - E	7 - E	8 - C	9 - E	10 - E
11 - C	12 - E*	13 - E	14 - C	15 - E
16 - E	17 - E	18 - E	19 - C	20 - E
21.C	22.E	23. C	24.C	25.E
26.B	27.D	28.A	29.C	30.C